

Mais emprego, salário e comida

Crescimento da economia propiciado por acordos nas câmaras setoriais

Vários sindicatos metalúrgicos da CUT têm-se mobilizado, em conjunto com toda a sociedade brasileira, na luta contra a fome. Temos feito arrecadação de alimentos em portas de fábricas e ajudado na sua distribuição entre os mais carentes. Mas todos sabem que o País precisa, estimulado por campanhas como essa, encontrar saídas duradouras que expandam empregos e salários, e, por essa via, erradiquem em definitivo a fome do Brasil. Para isso é preciso atacar em várias frentes. Uma delas é levar adiante uma forte campanha, seguida de negociação, da redução da jornada de trabalho (40 horas semanais) sem rebaixamento salarial. Outra, é estimular o crescimento econômico coordenado, propiciado sobretudo por acordos como os das câmaras setoriais. O acordo de tratores e implementos agrícolas, que firmamos recentemente, é mais um passo nesse sentido.

Esse acordo, assinado ao final de 1993 e com validade até outubro de 1995, embora sem os holofotes e os estardalhos da mídia que teve o acordo dos automóveis, tem possivelmente igual importância que aquele em termos de alavancagem e reestruturação do setor, do emprego, do salário e da melhoria das relações de trabalho. A importância do acordo pode também ser medida pelos números que envolvem o setor. Este abrange segmentos que, se somados, alcançam um faturamento anual de aproximadamente US\$

1,7 bilhão e empregam nada menos que 33 mil trabalhadores diretos (13,5 mil na produção de tratores e 19,6 mil na de máquinas e implementos agrícolas, em 1993).

Apesar disso, é preciso ter claro que os

números do setor já foram bem mais elevados em termos de desempenho, o que mostra a gravidade da crise e a urgente necessidade de uma intervenção sindical propositiva para a recuperação do setor: em 1980 foram produzidas quase 76 mil unidades de máquinas agrícolas automotrizes, contra pouco mais de 21 mil em 1992; e o setor empregava 28,4 mil pessoas há sete anos, contra apenas 13,3 mil em 1992.

Retomar o crescimento de um setor desse porte, através de políticas industriais ativas, significa movimentar vários outros segmentos da economia nacional e possibilitar a necessária reestruturação do defasado parque industrial brasileiro, em condições mais favoráveis aos trabalhadores.

De modo resumido, o acordo estabelece:

■ Financiamento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), da ordem de US\$ 650 milhões em 1994 e US\$ 880 milhões em 1995, para a compra de tratores e máquinas agrícolas, por intermédio do BNDES; estudo da viabilidade do incremento em 10% na parcela financiada; exame de financiamento diferenciado aos agricultores que tiverem produção agrícola crescente, aos que produzirem produtos agrícolas de pri-

meira necessidade e às cooperativas de pequenos agricultores;

■ Estudo e sugestão da redução do ICMS para 4% sobre os produtos e 7% para os insumos; tais reduções de impostos, juntamente com a redução de margens dos fabricantes e distribuidores, representarão para o consumidor a diminuição de 10% dos preços dos tratores e implementos agrícolas e 6,5% dos preços das colheadeiras.

■ Acompanhamento e controle das importações, através de reuniões tripartites mensais, da manutenção da alíquota de imposto de importação (atualmente situada em 20%, contra 60% há três anos) e da proibição de importação de produtos usados;

■ Análise e negociação tripartite, nos próximos 60 dias, da viabilização de estímulos à fabricação do "trator popular", de até 65 cv, em condições de fácil acesso aos agricultores;

■ Na área trabalhista, garantia do nível de emprego no setor, e a criação escalonada até 1995 de mais mil empregos diretos na produção de tratores e 2.400 nos implementos agrícolas; reajustes mensais automáticos pela taxa de inflação, de forma a preservar o poder aquisitivo, acrescido de um incremento de 20% reais em três parcelas durante a vigência do acordo, como forma de participação dos trabalhadores nos resultados do setor.

Esta negociação foi ainda importante porque todas as partes evoluíram em cerca de oito meses de negociação. Do ponto de vista dos trabalhadores, este acordo só foi possível porque houve uma

atuação conjunta de sindicatos de diferentes regiões, tradições, tamanhos e concepções ideológicas. Por sua vez, vários empresários, de visão mais tacaña, foram percebendo que os representantes sindicais não são os bichos-papões de suas empresas, e podem mesmo contribuir para a elaboração de uma política industrial que busque o crescimento e a modernização do setor. E, finalmente, o próprio governo avançou, tendo o Ministério da Fazenda assumido uma postura menos retrógrada, de crítica ferrenha às câmaras setoriais, para outra um pouco mais flexível e mais consonante com a perspectiva do atual Ministério da Indústria, Comércio e Turismo de estimular as negociações nas câmaras setoriais.

O desempenho positivo já apresentado pelo setor em 1993 (produção de 30 mil máquinas agrícolas automotrizes contra 21,5 mil em 1992) é, em si mesmo, resultado das negociações e das propostas de consenso na Câmara Setorial. A meta é produzir 40 mil unidades em 1995, e, não muito distante, retomar os patamares do início da década de 80, quando foram produzidas 76 mil unidades. A nosso ver, são ações como essa que viabilizarão, ao mesmo tempo, a modernização do parque produtivo nacional e o cumprimento de direitos básicos da cidadania, como são o direito ao trabalho e à alimentação.

■ Vicente Paulo da Silva é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e HeiguiBERTO Della Bella Navarro é presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.